

Despacho n.º 4960/2010**Lista n.º 125/09**

Por despacho da Secretária de Estado da Administração Interna de 09 de Março de 2010, foi concedido o Estatuto de Igualdade de Direitos e Deveres previsto no Tratado de Amizade, Cooperação e Consulta entre a República Portuguesa e a República Federativa do Brasil, e nos termos do artigo 15 da Resolução da Assembleia da República n.º 83/2000 de 14 de Dezembro, conjugado com o n.º 1 do artigo 5.º do Decreto-Lei n.º 154/2003, de 15 de Julho, aos cidadãos brasileiros:

	Data de nascimento
Bruno Rodrigues dos Santos	16-02-1987
Valeria Batista Silva Oliveira	21-08-1971
Sylvia Sued Ferreira	28-01-1982
Jose João Braz	19-01-1965
Alex Veras Pereira dos Santos	16-09-1983
Filipe Saldanha Lacerda	27-09-1985
Maria de Lourdes Vieira dos Santos	07-04-1965
Douglas Aguiar Martins	20-11-1984
Alessandro Ahnertt Correia	26-05-1986
Vanda Gualberto de Oliveira	29-10-1984
Monica de Jesus Silva Oliveira	22-04-1977
Perlla Cristine Costa Teixeira	17-04-1975
Jessyca Almeida Leite	28-06-1991
Delson de Almeida Soares	20-05-1968
Fernando da Silva Santos	23-11-1986

Lisboa, 13 de Março de 2010. — Pelo Director Nacional, *Maria Helena Bastos Martins*, Inspectora, Chefe de Departamento de Nacionalidade.
203028528

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA**Gabinete do Secretário de Estado da Justiça
e da Modernização Judiciária****Despacho n.º 4961/2010**

Nos termos e ao abrigo do disposto nos n.ºs 3 e 4 do artigo 2.º e no artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 262/88, de 23 de Julho, nomeio, com efeitos a 1 de Março de 2010, em regime de comissão de serviço, por cedência de interesse público, o coronel TINF 017999-L, da Força Aérea, Carlos Manuel das Neves Lourenço, para prestar ao meu Gabinete assessoria em matéria de tecnologias de informação e comunicação, área da sua especialidade.

A presente nomeação é válida pelo período de um ano, renovável automaticamente por iguais períodos, podendo ser revogada a todo o tempo.

A remuneração mensal do nomeado é aquela que lhe é devida no cargo de origem, sendo igualmente devido subsídio de férias e de Natal nos mesmos quantitativos remuneratórios. Ao nomeado é devido subsídio de refeição.

8 de Março de 2010. — O Secretário de Estado da Justiça e da Modernização Judiciária, *José Manuel Santos de Magalhães*.

203027937

Direcção-Geral dos Serviços Prisionais**Despacho (extracto) n.º 4962/2010**

Por despacho de 30 de Dezembro de 2009, da Subdirectora-Geral, e nos termos da alínea b) do n.º 1 do artigo 32.º da Lei n.º 12-A/2008, de 27 de Fevereiro, foi autorizada a exoneração da licenciada Carina Maria Rosa América, técnica superior, com efeitos à data do despacho.

01 de Março de 2010. — A Subdirectora-Geral, *Julieta Nunes*.

203030552

Instituto Nacional de Medicina Legal, I. P.**Departamento de Administração Geral****Aviso n.º 5754/2010**

Procedimento concursal comum para o recrutamento de pessoal na carreira de assistente técnico, aberto pelo aviso n.º 18538/2009, publicado no Diário da República 2.ª série, n.º 204, de 21 de Outubro de 2009.

1 — Terminado o exercício do direito de participação dos interessados e apreciadas as alegações oferecidas, o júri deliberou quanto à admissão e exclusão dos candidatos.

2 — Relativamente aos candidatos excluídos o júri decidiu manter as suas decisões de exclusão, constantes da lista de candidatos excluídos.

3 — As listas dos candidatos admitidos (com a indicação do método de selecção obrigatório a aplicar) e excluídos encontram-se afixadas na sede do Instituto Nacional de Medicina Legal, I. P. (INML, I. P.) sita no Largo da Sé Nova, em Coimbra, e disponibilizadas, a partir da data da publicação do presente aviso, na página electrónica do INML, I. P. (www.inml.mj.pt).

4 — Da exclusão do concurso cabe recurso hierárquico, a interpor no prazo de 30 dias úteis, a contar da publicação do presente aviso, para o Presidente do Conselho Directivo do Instituto Nacional de Medicina Legal, I. P.

5 — Notificam-se os candidatos a quem irá ser aplicado o método de selecção prova de conhecimentos, que a realização da prova terá lugar no dia 26 de Maio, às 14 horas, no Instituto Nacional de Medicina Legal, I. P., sito no Largo da Sé Nova, em Coimbra, devendo os candidatos comparecer às 13:30 horas.

6 — Notificam-se os candidatos com o número de ordem 14, 18, 36, 38, 45, 55, 74, 75, 76, 86, 139, 157, 165, 174, 182, 203, 204 e 229 da lista de candidatos admitidos, que o método de selecção obrigatório que lhes vai ser aplicado é a prova de conhecimentos e não a avaliação curricular, pelos motivos que são indicados na mesma lista.

7 — Os candidatos portadores de deficiência, deverão indicar, caso se justifique, no prazo de 10 dias úteis, a contar da data da publicação do presente aviso, ao Instituto Nacional de Medicina Legal, I. P. — Largo da Sé Nova — 3000-213 Coimbra, os elementos necessários de adequação às suas capacidades de comunicação/expressão à realização da prova escrita de conhecimentos.

Coimbra, 11 de Março de 2010. — O Director do Departamento de Administração Geral, *Carlos Dias*.

203026705

Instituto dos Registos e do Notariado, I. P.**Departamento de Recursos Humanos****Despacho (extracto) n.º 4963/2010**

Por despacho do Presidente, datado de 18 de Fevereiro de 2010, foi Maria Fernanda da Silva Araújo Galvão, primeira ajudante na situação de licença sem vencimento, autorizada a regressar ao serviço para lugar do quadro de pessoal paralelo do município de Arcos de Valdevez, ficando afecta à Conservatória do Registo Civil de Arcos de Valdevez, nos termos do n.º 4 dos artigos 108.º e 109.º do Estatuto do Notariado, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 26/2004, de 4 de Fevereiro, com efeitos a partir de 1 de Março de 2010, data em que reiniciou a actividade. (Não carece de visto do Tribunal de Contas.)

Lisboa, 5 de Março de 2010. — A Vice-Presidente, *Catarina Veiga*.
203032415

Despacho (extracto) n.º 4964/2010

Por despacho do Presidente, datado de 25 de Fevereiro de 2010, foi Lina Maria Cabrita Deus Oliveira, notária na situação de licença sem vencimento, autorizada a regressar ao serviço para lugar do quadro de pessoal paralelo do município de Almada, ficando afecta à Conservatória do Registo Civil de Almada, nos termos do n.º 5 do artigo 107.º e n.ºs 1, 2 e 4 do artigo 109.º do Decreto-Lei n.º 26/2004, de 4 de Fevereiro, a contar do dia 1 de Março de 2010, data do início da actividade do IRN, I. P. (Não carece de visto do Tribunal de Contas.)

Lisboa, 9 de Março de 2010. — A Vice-Presidente, *Catarina Veiga*.
203032504

**MINISTÉRIO DA ECONOMIA, DA INOVAÇÃO
E DO DESENVOLVIMENTO****Gabinete do Ministro****Despacho n.º 4965/2010**

De acordo com o disposto na alínea h) do n.º 1 do artigo 25.º do estatuto do pessoal dirigente dos serviços e organismos da administração central, local e regional do Estado, aprovado pela Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, com as alterações introduzidas pela Lei n.º 51/2005, de 30 de Agosto, que operou a sua republicação, e pela Lei n.º 64-A/2008, de